



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 5.650, de 11/12/1970
Data de instalação	1º/03/1971
Data da última correição	24 de abril de 2023
Período correicionado	1º/4/2023 a 31/10/2024

Aos 22 dias de novembro de 2024 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 036/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e do servidor, Aryoswaldo José Brito Espínola, foram recebidos pela Juíza titular, Solange Machado Cavalcanti, pelo Juiz substituto fixo, Sérgio Cabral dos Reis, pelo Diretor de Secretaria, Heldegardo dos Santos e demais servidores lotados na Unidade



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/4/2023 a 31/10/2024 (19 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Solange Machado Cavalcanti	23/4/2012 – Ato TRT GP nº 086/2012

### 1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Sérgio Cabral dos Reis	03/02/2020 – Ato TRT SCR nº 005/2020

### 1.2 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular, do Magistrado substituto fixo e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **12** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Ana Áurea Mendes da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	18/6/2012
Ana Carolina Silva Costa Miranda	Assistente de Juiz Titular	28/4/2012



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Anarina Claudia Rocha de Freitas	Analista Judiciário – Assistente III	10/1/2017
Eduardo Sávio Ferreira de Carvalho	Analista Judiciário – Secretário de Audiência	1º/10/2012
Heldegardo dos Santos	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	2/5/2012
Jose dos Anjos Pereira Neto	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/12/2012
Jose Rodrigues da Silva Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	27/1/1992
Juliana de Souza Gomes Cabral	Técnico Judiciário	7/10/2024
Larissa de Macedo Ferreira Mota	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	3/2/2020
Marcos Felix da Silva Junior	Técnico Judiciário – Calculista	28/11/2016
Pedro Luiz Ignacio	Técnico Judiciário	1º/6/2015
Ricardo Antonio N. Montenegro	Técnico Judiciário – Assistente III	21/5/2019

A Unidade adota, em relação à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual, com a distribuição das atividades no sistema PJe, conforme informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que a Unidade adota a implementação de boas práticas, destacando, a marcação de audiências de conciliação nos processos em fase de execução. Além disso, os servidores responsáveis pelos processos nesta fase têm como prática o manuseio das pesquisas patrimoniais.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte:Hórus e e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/10/2024, um acervo processual de 2846 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	788
Fase de Liquidação	290
Fase de execução	1755
Cartas precatórias e de ordem	13
<b>TOTAL</b>	<b>2846</b>

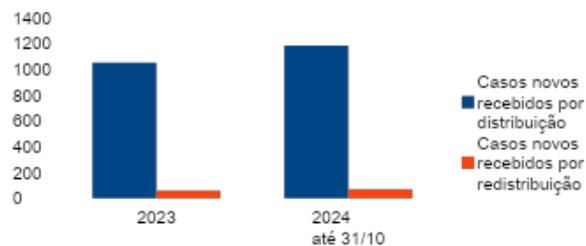


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

### 2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/10
Casos novos recebidos por distribuição	1049	1183
Casos novos recebidos por redistribuição	60	70
<b>TOTAL</b>	<b>1109</b>	<b>1253</b>



No período correicionado, houve registro de 7 processos recebidos com sentenças anuladas e 2 processos com sentença reformada, pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas	
0000810-15.2022.5.13.0002	0000839-31.2023.5.13.0002
0000930-58.2022.5.13.0002	0000243-13.2024.5.13.0002
0000706-86.2023.5.13.0002	0000945-90.2023.5.13.0002
0001114-77.2023.5.13.0002	

Sentenças reformadas
0000149-75.2018.5.13.0002
0000030-17.2018.5.13.0002



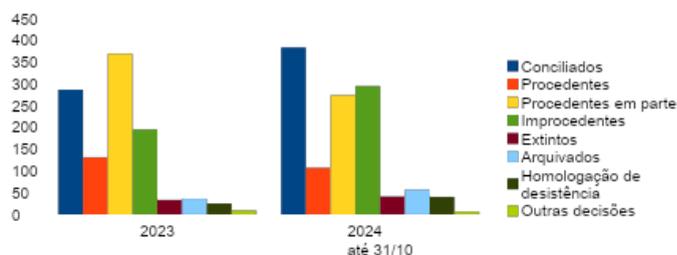
**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (abril/23 a outubro/2024).



### 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/10
Conciliados	287	384
Procedentes	131	107
Procedentes em parte	369	274
Improcedentes	195	295
Extintos	33	41
Arquivados	36	57
Homologação de desistência	25	40
Outras decisões	9	6
<b>TOTAL</b>	<b>1085</b>	<b>1204</b>



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

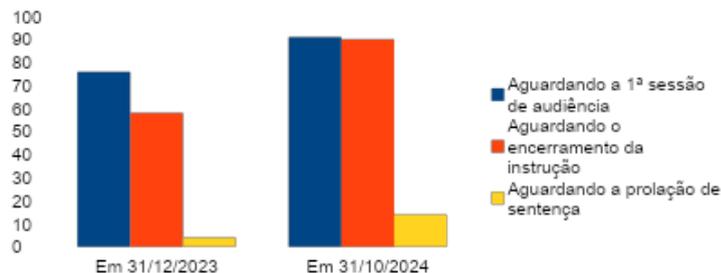


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

Item	Em 31/12/2023	Em 31/10/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	76	91
Aguardando o encerramento da instrução	58	90
Aguardando a prolação de sentença	4	14
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>195</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/10	Varição (%)
Fase de conhecimento	794	788	-0,76%
Fase de liquidação	255	290	13,73%
Fase de execução	1721	1755	1,98%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

#### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	8	17	10	5	5
Conciliação em conhecimento	50	72	51	14	45
Conciliação em Execução	54	73	66	22	147
Una	547	586	426	396	11
Instrução	92	86	89	79	8

Segundo as informações fornecidas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a sexta-feira, sendo que, geralmente às sextas-feiras são reservadas para as audiências de conciliação.

#### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correccionada
4/23	147	113	104	157	90	140	195	105	143	188	129	126	175	<b>141,58</b>
5/23	230	241	235	212	202	212	244	204	234	212	208	144	199	<b>211,33</b>
6/23	200	154	151	166	87	177	173	144	154	140	116	109	168	<b>148,75</b>
7/23	110	159	135	165	119	217	170	117	109	163	139	164	162	<b>147,5</b>
8/23	200	147	176	200	169	173	136	152	171	213	156	145	150	<b>170,08</b>
9/23	94	143	150	227	163	136	139	103	178	196	117	164	116	<b>148,58</b>
10/23	207	183	185	141	149	214	237	155	211	226	146	118	151	<b>178,33</b>
11/12	126	161	168	160	165	228	173	178	162	170	164	192	142	<b>169</b>
12/23	134	122	124	96	118	107	117	117	121	87	100	153	97	<b>114,25</b>
1/24	87	20	78	133	41	86	41	66	76	112	49	73	74	<b>76,33</b>
2/24	88	172	187	212	131	131	155	158	110	187	149	77	171	<b>146,33</b>
3/24	211	191	185	222	176	256	195	197	133	215	205	156	144	<b>191,25</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4/24	265	225	222	281	167	225	248	262	250	178	201	186	215	<b>225</b>
5/24	289	265	242	239	196	293	239	194	206	203	194	249	214	<b>229,83</b>
6/24	181	187	163	197	169	248	207	181	215	227	196	150	175	<b>192,41</b>
7/24	176	270	243	230	212	224	239	217	216	185	206	163	212	<b>210,25</b>
8/24	257	198	188	209	207	227	187	210	205	192	180	182	228	<b>206</b>
9/24	225	213	200	269	294	203	195	226	266	245	193	241	216	<b>231,08</b>
10/24	233	225	211	248	202	251	230	189	235	205	187	177	210	<b>214,83</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3460</b>	<b>3389</b>	<b>3347</b>	<b>3764</b>	<b>3057</b>	<b>3748</b>	<b>3520</b>	<b>3175</b>	<b>3395</b>	<b>3544</b>	<b>3035</b>	<b>2969</b>	<b>3219</b>	<b>3552,71</b>

#### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

##### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/10
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	27	28
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	35	25
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	61	52
Da conclusão à prolação da sentença	23	17
Do ajuizamento até a prolação da sentença	74	61

##### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/10
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	310	281
	Baixados	309	290
	<b>Pendentes</b>	<b>32</b>	<b>24</b>
<b>Tutela Provisórias</b>	Recebidos	104	119
	Apreciadas	93	108
	<b>Pendentes</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Liquidação/ Execução</b>	Recebidos	153	171
	Baixados	100	190
	<b>Pendentes</b>	<b>68</b>	<b>35</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/4/2023 a 31/10/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	1192	1093	52
Recurso adesivo	69	55	5
Agravo de petição	427	297	20
<b>Total</b>	<b>1688</b>	<b>1445</b>	<b>77</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **62** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **106** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **78** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/10** é de **52** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **91** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **65** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **74** dias, para o ano base de **2023** e de **61** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de outubro**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **2621** dias, e de **1731** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de outubro**.

## 8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2023	2024 até 31/10
Execuções pendentes do exercício anterior	1147	1803
Execuções iniciadas	864	758



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

Desarquivados	699	196
Recebidos de outros Órgãos	4	4
Execução de título extrajudicial	-	4
Execuções encerradas	1030	713
Remetidos a outros Órgãos	5	1
Processos arquivados provisoriamente	34	4

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (abril/23 a outubro/2024).



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/10
Acordo	PJe	R\$ 6.979.854,66	R\$ 9.148.871,11
Espontâneo	PJe	R\$ 6.857.164,92	R\$ 2.755.770,61
Execução	PJe	R\$ 3.787.959,43	R\$ 9.057.366,20
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 17.624.979,01</b>	<b>R\$ 20.962.007,92</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/9
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 468.052,33	R\$ 393.943,00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.900.110,28	R\$ 3.405.208,73
Imposto de renda	PJe	R\$ 270.221,69	R\$ 542.732,08
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	PJe	-	R\$ 9.235,13
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.638.384,30</b>	<b>R\$ 4.351.118,94</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2023 a 31/10/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1831
INFOJUD	PJe	698
SIMBA	PJe	21
INFOSEG	PJe	69
RENAJUD	PJe	626
BNDT	Pendentes (PJe)	231
	Incluídos (PJe)	487

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	<b>102,49%</b>

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	98,23%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	<b>99,43%</b>
-----------------------	---------------

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **1183** casos novos (por distribuição) e **1201** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 99,43%.

<b>Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38% da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	<b>107,53%</b> da Meta
	<b>100%</b> dos processos distribuídos até 31/12/2021

<b>Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,24% da Meta 2
	99,73% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	<b>107,53%</b> da Meta 2
	<b>100%</b> dos processos distribuídos até 31/12/2022

<b>Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 40%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>92,95%</b> da Meta 3
	<b>37,18%</b> de índice de conciliação



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 38%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	108,55% da Meta 3
	40,81% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>133,26%</b> da Meta 3
	<b>50,10%</b> de índice de conciliação

**Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.**

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	<b>99,44%</b>

**Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	115,59%
Unidade Correicionada	<b>94,90%</b>

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	93	62	366	795	79,74	92,77	88,22	
2024-02	150	94	322	777	56,99	83,28	73,36	
2024-03	130	85	311	786	45,47	76,53	64,11	
2024-04	104	100	345	772	41,97	69,36	57,73	
2024-05	107	104	364	774	38,40	63,49	52,51	
2024-06	111	116	362	736	34,25	56,75	46,64	
2024-07	129	122	364	737	30,64	51,90	42,22	
2024-08	123	88	366	753	27,88	49,41	39,44	
2024-09	149	95	327	783	22,98	47,48	36,13	
2024-10	156	110	301	783	19,38	44,51	32,73	

## JUIZES

### 12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### Juíza Titular

SOLANGE MACHADO CAVALCANTI			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Outros	SAOAdm	25/4/2023 a 26/4/2023	2
Licença saúde	SAOAdm	12/6/2023 a 16/6/2023	5
Férias	SAOAdm	14/9/2023 a 3/10/2023	20
Férias	SAOAdm	8/1/2024 a 27/1/2024	20
Férias	SAOAdm	18/4/2024 a 7/5/2024	20

### Juiz Substituto

SÉRGIO CABRAL DOS REIS			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	3/7/2023 a 22/7/2023	20
Férias	SAOAdm	20/2/2024 a 10/3/2024	20
Férias	SAOAdm	3/6/2024 a 22/6/2024	20

### 12.1 Audiências realizadas (1º/4/2023 a 31/10/2024) - (Fonte: Hórus)

Magistrados	Una	Enc. Inst. Inq. test	Inst./ julgamento	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Solange Machado Cavalcanti	1015	98	174	25	143	228	1683
Sérgio Cabral dos Reis	902	111	170	12	129	168	1492
Alisson Almeida de Lucena	-	-	-	-	4	43	47
Aercio Pereira de Lima Filho	35	2	2	-	1	4	44
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	-	1	-	-	-	1
Francisco Xavier de Andrade Filho	30	1	5	-	6	1	43

### 12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Solange Machado Cavalcanti	231	95	134	460



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Sérgio Cabral dos Reis	250	74	130	454
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	1	-	1
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	1	-	-	1
Ana Paula de Carvalho Scolari	4	-	-	4
Adriano Mesquita Dantas	-	1	1	2
Aercio Pereira de Lima Filho	7	2	1	10
Francisco Xavier de Andrade Filho	2	1	2	5

**13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados** (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Sérgio Cabral dos Reis	310	104	253	233	8	42	19	36	1005
Solange Machado Cavalcanti	289	99	299	225	5	37	30	40	1024
Aercio Pereira de Lima Filho	9	2	11	6	-	4	-	-	32
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Francisco Xavier de Andrade Filho	14	1	6	6	-	1	1	1	30

No período correccionado, a Juíza titular laborou 471 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a processos/dia. O Juiz substituto laborou 458 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,19 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

**13.1 Processos solucionados por classe processual** (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	1171
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	613
Homologação da Transação Extrajudicial	172
Embargos de Terceiro Cível	55
Consignação em Pagamento	26
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	21
Produção Antecipada da Prova	12
Ação Civil Coletiva	10
Ação de Cumprimento	6
Petição	4
Alvará Judicial - Lei 6858/80	4
Tutela Cautelar Antecedente	2
Mandado de Segurança Cível	1
Ação Civil Pública Cível	1

#### 14. SENTENÇAS LÍQUIDAS

Magistrados	líquidas	Ilíquidas	%
Solange Machado Cavalcanti	348	21	94,30%
Sérgio Cabral dos Reis	308	35	89,80%
Aercio Pereira de Lima Filho	1	11	8,33%
Francisco Xavier de Andrade Filho	6	-	85,71%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	3	0%

#### 15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Total
Sérgio Cabral dos Reis	997
Solange Machado Cavalcanti	1022
Aercio Pereira de Lima Filho	32
Ana Paula de Carvalho Scolari	3
Francisco Xavier de Andrade Filho	30

**15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 19 dias**

Magistrados	Dias
Solange Machado Cavalcanti	14
Sérgio Cabral dos Reis	25
Aercio Pereira de Lima Filho	9
Francisco Xavier de Andrade Filho	16
Ana Paula de Carvalho Scolari	50

**16. DO OBSERVATÓRIO**

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório em novembro de 2023, tendo a Juíza titular da Unidade correicionada respondido em 18 de dezembro, destacando que a Unidade tem envidado esforços contínuos para alcançar uma produção processual que atenda, de forma eficaz, a todos os jurisdicionados. Quanto à duração do processo, na fase de conhecimento, persiste uma grande dificuldade em agilizar a produção de prova pericial médica. Em relação aos processos na fase de execução, observa-se uma redução significativa no tempo médio de tramitação. No entanto, o Juízo continua empenhado em reduzir ainda mais esse tempo, apesar do afastamento de servidores em razão de problemas de saúde, ressaltando, que outro fator que ainda impacta na diminuição do prazo médio



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

de execução são os processos que dependem do retorno de cartas precatórias executórias, bem como da análise de pedidos de habilitação de créditos em tramitação em outros ramos do Judiciário, como a Justiça Comum Estadual e a Justiça Federal. Visando a redução do prazo de duração dos processos nessa fase, a Unidade tem persistido na inclusão de processos em pauta para tentativa de conciliação. A respeito dos lançamentos dos pagamentos e recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, todas as providências estão sendo adotadas para garantir que sejam realizados no menor prazo possível.

Destacou que, no que tange à prolação de sentenças líquidas, o juízo continua primando por essa prática, acrescentando que serão adotados cuidados especiais para garantir que a estatística reflita com maior precisão a quantidade de sentenças líquidas proferidas. Tratando-se da movimentação processual, foi determinada maior atenção aos servidores no lançamento das informações, especialmente no que diz respeito aos processos nas fases de análise e com prazo vencido. A utilização do GIGS continua a ser uma ferramenta cada vez mais requisitada, com o objetivo de garantir um controle mais eficiente dos prazos e das práticas processuais. Ressaltou que foram sanadas as pendências do BNDT, embora ainda possam persistir algumas que necessitam de uma análise mais detalhada, incluindo a verificação de possíveis inconsistências no sistema. Por fim, quanto ao SISBAJUD, as pendências informadas no relatório foram sanadas, como “bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento”.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## **17. PROJETO GARIMPO**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre abril de 2023 e outubro de 2024 - 19 meses:

<b>Movimentação</b>	<b>Valor total</b>
Outros beneficiários	R\$ 1.682,97
Pagamento ao advogado	R\$ 44.973,99
Pagamento em favor de perito	R\$ 7.542,19
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 1.307.047,19
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 386.785,27
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 80.271,41
Recolhimento de custas processuais	R\$ 952,85
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 3.951,22
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 67.167,96
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 12.906,32
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.913.281,37</b>

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## **18. CAPACITAÇÃO**

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

exercício anterior, a Juíza titular, Solange Machado Cavalcanti e o Juiz substituto fixo, Sérgio Cabral dos Reis, participaram de cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011.

Magistrados	Descrição - 2º semestre
<b>SOLANGE MACHADO CAVALCANTI</b>	<p>Discriminação Racial e Gênero - Raça e Gênero no sistema de Justiça - Julgamento com perspectiva de gênero - PROAD 1489/2023 - 28/março - 2,5h/a</p> <p>Técnicas Avançadas de Execução Trabalhista - PROAD 1437/2023 - 23/5 a 20/6/2023 - 27 h/a</p> <p>Curso de Formação Continuada sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas - 10/7 a 23/8 - 30 h/a</p> <p>Curso FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE - 05 E 06 de outubro - 8 h/a</p> <p>Palestra Direito e Religião - 16/10/2023 2h/a</p> <p>Palestras “ Questões Polêmicas na jurisprudência recente sobre indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais” e “O trabalhador não é invisível. Todo acidente de trabalho deve ser notificado” - 6/11/2023 - 4h/a</p> <p>Curso “Recuperação Judicial e Falência: Teoria e Prática” - 13 e 14/11/2023 - 8h/a</p> <p>CFC sobre O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais</p>
<b>SÉRGIO CABRAL DOS REIS</b>	<p>O impacto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho nas relações laborativas - PROAD 1019/2023 - 15/FEV - 3H/A - EJUD13</p> <p>Técnicas Avançadas de Execução Trabalhista - PROAD 1437/2023 - 23/5 a 20/6/2023 - 27 h/a</p> <p>CFC sobre O Trabalho nas Plataformas Digitais - 02//06a 07/07/2023 - 10h/a</p> <p>Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista , a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023- Presencial - 15h30 h/a</p> <p>Palestras “ Questões Polêmicas na jurisprudência recente sobre indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais” e</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

	<p>“O trabalhador não é invisível. Todo acidente de trabalho deve ser notificado” - 6/11/2023 - 4h/a</p> <p>Curso “Recuperação Judicial e Falência: Teoria e Prática” - 13 e 14/11/2023 - 8h/a</p> <p>Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho - 04/12/2023 - 3h30 - Proad 11697</p>
--	---

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

<b>Servidores</b>	<b>Descrição - 2023</b>
<b>ANA ÁUREA MENDES DA SILVA</b>	TRT - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA - EDIÇÃO 2023 / SEGEPE DO TRT 13ª REGIÃO
<b>ANARINA CLAUDIA R. DE FREITAS</b>	FORMAÇÃO DE ASSISTENTES DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL PARA UNIDADES DO INTERIOR
<b>EDUARDO SÁVIO F. DE CARVALHO</b>	TRT - APOSENTADORIAS E PENSÕES - A NOVA PREVIDÊNCIA / HEXAGON - MODALIDADE TELEPRESENCIAL  TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL
<b>FAUZI ELESBAO FELIPE</b>	FORMAÇÃO DE ASSISTENTES DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL PARA UNIDADES DO INTERIOR 21/03/2023 03/05/2023 13395 FAUZI ELESBAO FELIPE 2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA TRT - SEMINÁRIO  TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL  TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERAÇÃO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE PRECATÓRIOS - GPREC  TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL  TRT - O USO DAS FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO AUXÍLIO NAS ATIVIDADES LABORAIS / SEGEPE DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
<b>HELDEGARDO DOS SANTOS</b>	TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTO S NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 2 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>- TURMA 2/2023 - REEDIÇÃO (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO / EJUD 13 EM PARCERIA COM A CSAUDE</p> <p>TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE REMESSA À INSTANCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<b>JOSE RODRIGUES DA S. NETO</b>	TRT - IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO AOS PAIS E FAMILIARES - CUIDANDO DE QUEM CUIDA - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE HÍBRIDA
<b>LARISSA DE MACEDO F. MOTA</b>	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
<b>MARCOS FELIX DA SILVA JUNIOR</b>	TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL
<b>PEDRO LUIZ IGNACIO</b>	TRT - INTRODUÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) <p>TRT - PALESTRA - O IMPACTO DAS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NAS RELAÇÕES LABORATIVAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
<b>RICARDO ANTONIO N. MONTENEGRO</b>	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/20)

## 19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados **57** processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do **Ato TRT13 SCR nº 110/2023**, havendo a prolação de **14** despachos correicionais no PJe.

## 20. RECOMENDAÇÕES

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a real necessidade de inclusão de processos em pauta para encerramento da instrução, com o fito de diminuir o impacto no indicador referente ao prazo médio na fase de conhecimento;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

c) quando da triagem das ações de cumprimento provisório de sentença, orientar a equipe a atentar para a tarefa “Iniciar Execução” quando a sentença do processo principal foi proferida de forma líquida, evitando o ocorrido no processo 0000226-11.2023.5.13.0002;

d) monitorar diariamente o “escaninho” no PJe, atualmente com mais de 500 documentos protocolizados, procedendo à imediata análise dos processos que se encontram com petições pendentes de apreciação desde julho, evitando o ocorrido no processo 0000682-24.2024.5.13.0002, que levou mais de 4 meses para ser concluso ao magistrado;

e) incentivar a equipe a proceder à inclusão/exclusão de chips, ao cadastramento de atividades no Gigs, como também à atualização das informações nos autos, a fim de otimizar a rotina da secretaria e agilizar os procedimentos processuais, evitando-se a paralisação indevida dos autos nas tarefas “Prazos Vencidos”, “Cumprimento de Providências” (0000635-84.2023.5.13.0002) e “Escolher tipo de arquivamento” (ex.: 0051600-91.2008.5.13.0002), além da demora excessiva para cumprimento das determinações judiciais (0000635-84.2023.5.13.0002);

f) revisar com regularidade a tarefa “Cumprimento de Providências”, a fim de evitar a paralisação indevida de grande número de processos nessa tarefa (o mais antigo desde junho/2024), a exemplo dos autos de nº 0000608-04.2023.5.13.0002, inclusive dos processos que deveriam permanecer na tarefa “Aguardando prazo” (0000052-53.2024.5.13.0006) ou ter sido encaminhados à próxima fase processual (0001270-53.2023.5.13.0006 e 0001146-70.2023.5.13.0006);

g) nos casos de homologação de acordo na fase de conhecimento, a Unidade deve iniciar a liquidação e enviar o processo para a tarefa “Controle de acordo”, como determinado no § 1º do art. 119 da Consolidação dos Provimentos da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

CGJT, evitando-se o sobrestamento dos autos, como ocorrido no processo 0000920-77.2023.5.13.0002;

h) promover o efetivo acompanhamento dos processos da fase de liquidação, evitando-se a paralisação indevida dos autos (ex.: 0000623-36.2024.5.13.0002 e 0000682-24.2024.5.13.0002) e a realização de atos executórios próprios da fase de execução, como ocorrido no processo 0000874-88.2023.5.13.0002;

i) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar os incidentes pendentes no Hórus/e-Gestão, a fim de providenciar a conclusão dos autos ao magistrado ou dirimir eventuais inconsistências, como também os Chips do PJe atinentes aos incidentes, especialmente da fase de liquidação, onde consta pendência de julgamento desde julho de 2024 (ex.: 0000623-36.2024.5.13.0002);

j) orientar a equipe quanto aos procedimentos de inclusão de chip “CTPS - anotar” e cadastramento de atividades no gigs quando houver pendência de cumprimento de obrigação de fazer, a fim de otimizar a rotina de controle pela secretaria (ex: 0000879-13.2023.5.13.0002);

k) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se do Gigs para o monitoramento tanto da ação principal como da provisória, atentando a Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva, com o lançamento do movimento específico no PJe, o que não foi verificado no processo 0000608-67.2024.5.13.0002, abstendo-se, também, de proceder à conclusão dos autos ao magistrado, com lançamento da movimentação de extinção da execução, quando há determinação do juízo para sobrestamento do processo (0000549-79.2024.5.13.0002);

l) orientar a equipe a observar com mais atenção o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT (0000101-43.2023.5.13.0002), com a inclusão do prazo e tipo de atividade (BNDT) no Gigs, a fim de possibilitar o monitoramento



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

do vencimento, evitando-se determinação judicial expressa antes de decorrido o prazo legal (ex: 0000174-15.2023.5.13.0002) ou registro, pela secretaria, sem decisão específica no PJe (ex: 0000207-39.2022.5.13.0002 e 0000356-98.2023.5.13.0002);

m) orientar a equipe a observar a correta conclusão no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, em cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, evitando-se o por meio de despacho, como ocorrido no processo 0000544-48.2024.5.13.0005;

n) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, atentando para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” em vez de “Arquivamento Provisório”, atentando especialmente para a conclusão correta no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, principalmente quando há determinação pendente de cumprimento;

o) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais, inclusive via apólice de seguro, quando da remessa ao 2º grau, devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores (0000304-05.2023.5.13.0002), nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais, a exemplo do processo 0000532-43.2024.5.13.0002;

p) quando da expedição de ofício precatório e RPV, observar o estabelecido nas Resoluções Administrativas 303/2019 do CNJ e 314/2021 do CSJT, para



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

que sejam elaborados individualmente, por beneficiário, atentando para consignar o prazo para pagamento no sistema GPREC, evitando o ocorrido no processo 0000874-88.2023.5.13.0002;

q) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório ou 'Quitada a RPV, atentando para a consulta ao relatório SAOPJE “Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação”, evitando o ocorrido no processo 0000746-39.2021.5.13.0002, ainda pendente de alimentação no sistema GPREC;

r) orientar a equipe a utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

s) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

t) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;

u) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

## **21. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora parabeniza a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa pelo trabalho desempenhado na entrega da prestação jurisdicional, bem como pelo padrão de eficiência alcançado.

Registra o cumprimento das Metas 1 (102,49%) e 2 (107,53%) do CNJ, ano base de 2023.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedora observa, com satisfação, que a Unidade sob correição alcançou a quinta posição na sua jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, no ano de 2023 (74 dias). Além disso, destaca que no atual exercício, de janeiro a outubro, esse tempo foi reduzido para 61 dias, mantendo a Unidade na quarta posição em relação à sua jurisdição.

De igual modo, parabeniza a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa pela sensível redução do tempo médio do processo na fase de execução - de 2.621 dias em 2023 para 1.731 dias no atual exercício (janeiro a outubro), o que refletiu no índice da Meta 5/2023 (99,44%), e que vem apresentando o índice de 94,90% na meta parcial do atual exercício, no que recomenda que seja dada continuidade até o final deste exercício.

Destaca, também, o excelente índice de conciliação (50,10%), superior à meta do Regional para este ano de 2024, o que certamente vem refletindo no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, apresentando o percentual de 133,26%, ao tempo em que reconhece a dedicação e o comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Ressalta-se, por fim, a importância da participação dos magistrados (titular e substituto fixo) e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue à publicação, para a Vara do Trabalho informar o cumprimento dos despachos e recomendações correicionais e querendo, oferecer suas



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023, com a devida comunicação à Corregedoria Regional. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**HERMINEGILDA LEITE MACHADO**  
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ANEXO**

<b>VISTOS EM CORREIÇÃO</b>		
0001314-84.2023.5.13.0002	0001180-23.2024.5.13.0002	0000557-66.2024.5.13.0031
0001047-78.2024.5.13.0002	0000931-72.2024.5.13.0002	0000476-44.2023.5.13.0002
0000762-85.2024.5.13.0002	0000485-69.2024.5.13.0002	0000659-15.2023.5.13.0002
0000785-65.2023.5.13.0002	0000283-92.2024.5.13.0002	0000460-90.2023.5.13.0002
0001278-42.2023.5.13.0002	0001099-74.2024.5.13.0002	0001225-27.2024.5.13.0002
0001209-10.2023.5.13.0002	0000609-86.2023.5.13.0002	0000913-51.2024.5.13.0002
0000749-86.2024.5.13.0002	0000587-91.2024.5.13.0002	0001042-56.2024.5.13.0002
0000140-10.2024.5.13.0033	0000024-97.2024.5.13.0002	

<b>VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA</b>		
0000226-11.2023.5.13.0002	0001225-61.2023.5.13.0002	0000833-87.2024.5.13.0002
0000289-02.2024.5.13.0002	0000635-84.2023.5.13.0002	0001068-88.2023.5.13.0002
0000140-06.2024.5.13.0002	0000356-98.2023.5.13.0002	0000101-43.2023.5.13.0002
0000207-39.2022.5.13.0002	0000879-13.2023.5.13.0002	0000479-62.2024.5.13.0002
0000356-35.2022.5.13.0002	0000304-05.2023.5.13.0002	0000682-24.2024.5.13.0002
0000544-48.2024.5.13.0005	0000920-77.2023.5.13.0002	0000900-52.2024.5.13.0002
0000319-71.2023.5.13.0002	0000174-15.2023.5.13.0002	

<b>DESPACHOS CORREICIONAIS</b>		
0000608-67.2024.5.13.0002	0000623-36.2024.5.13.0002	0000773-51.2023.5.13.0002
0000694-72.2023.5.13.0002	0000874-88.2023.5.13.0002	0000214-94.2023.5.13.0002
0000588-76.2024.5.13.0002	0001240-30.2023.5.13.0002	0000549-79.2024.5.13.0002
0000006-76.2024.5.13.0002	0000563-97.2023.5.13.0002	0000341-95.2024.5.13.0002
0001266-28.2023.5.13.0002	0000439-17.2023.5.13.0002	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---